

ATA  
(03/11/16)

Ao terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às dezoito horas, na Câmara de Vereadores, sito a Avenida das Flores, 675, no bairro dos Estados, realizou-se a reunião ordinária do Conselho da Cidade na presença dos seguintes conselheiros: Jade Martins Ribeiro (T), Rodrigo R. Torres (S), Larissa M. Correia (S), Geraldo B. Filho (T), Betina F. Baggio (T), Sheila S. Skonetzky (T), Clayton Schotten (T), Fernanda Mazzola (S), Jair R. Palmeira (T), Juliana Pilan (T), Nelson E. Nitz (T), Luiz A. Vieira (T), Fabiane Schlindwein (T), Marcos E. Krzisch (S), Paulo R. E. F. Filho (T). A presidente coloca em apreciação ata do dia 20/10/16, não havendo manifestações contrárias fica aprovada por unanimidade. Passando a palavra para conselheira Sheila que faz leitura do parecer do pedido de vista. Sendo favorável a aprovação do empreendimento CONDICIONADO a: (I) destinação do 1º e 2º pavimentos ao público, com mínimo de 16 (dezesseis) vagas de garagens, além das vagas existentes nos respectivos pavimentos para bicicletas e motocicletas; (II) autoriza-se o fechamento do último pavimento, porém vedada a utilização da cobertura; (III) pagamento de medida compensatória no valor equivalente a 3% (três por cento) do valor estimado do investimento para empreendimento de R\$ 4.000.000,00, totalizando a importância de R\$ 120.000,00, conforme os termos do voto acima. Colocado em apreciação, não havendo manifestação fica aprovado por unanimidade. A presidente passa a palavra para representante dos servidores públicos, Valdir Loli presidente do SISEMBC, que faz defesa do projeto ED. MULTIFAMILIAR DO SERVIDOR PÚBLICO, dizendo que o sindicato está para garantir que o servidor tenha prioridade neste empreendimento e faz breve explanação do projeto. A presidente relembra que foi criada a comissão para elaborar parecer deste empreendimento conforme ata de 10/03/16. O conselheiro Rodrigo, presidente da comissão, diz que houve uma falha na entrega do questionário elaborado pela comissão e por isso ficou prejudicada a emissão da relatoria. Após discussão e questionamento dos conselheiros, sem que este tenha um desfecho, a presidente consulta da possibilidade de uma reunião extraordinária para atender a este empreendimento, dando tempo para que o interessado responda à diligência da comissão. Fica deliberado reunião extraordinária para dia 18/11/16 às 18 horas. Dando sequência à pauta a presidente retira de pauta haja vista prejudicada a relatoria por falta de resposta do proprietário do empreendimento Verdes Mares à diligência da relatora entregue no dia 06/09/16. Passando a palavra para conselheira Betina que faz leitura do parecer do E.I.V. - ANTENA DE TELEFONIA, a ser implantada na Rua Boa Vista, frente ao nº 606, lote 19, Bairro Nova Esperança. O impacto na vizinhança será visual, pois o gabarito é de 02 (dois) pavimentos + 50% e a torre terá 40 m de altura, em contrapartida a otimização do sinal da telefonia compensará o possível impacto estético. Conforme a Consulta de Viabilidade para

Construção, o Parecer da Secretaria do Meio Ambiente e a Licença de funcionamento da ANATEL, este projeto está em conformidade com a legislação. Sendo favorável a aprovação. Colocado em discussão não havendo quem queira discutir fica aprovado por unanimidade. O conselheiro Marcos sugere que o parecer emitido pela comissão referente ao Ed. MULTIFAMILIAR DO SERVIDOR deverá ser encaminhado com 48 horas de antecedência para ser enviado aos demais conselheiros antes da reunião. A presidente faz breve explanação referente às obras em containers, e quer que todos os projetos tenham o mesmo tratamento, para tanto foi feita a distribuição para análise de mais um projeto dentro destas características. Passando a palavra à conselheira Larissa que faz leitura do parecer da análise de projeto de imóvel comercial com a utilização de CONTAINERS para sua construção. Sendo preenchidos os requisitos exigidos pela legislação e a utilização deste material é permitida no âmbito do município, e autorizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária. É favorável ao empreendimento. Colocado em discussão que após alguns questionamentos restando superados e atendidos, o conselheiro Luiz pediu vista. A presidente passa a palavra para representante do BAR FLUTUANTE Roberto Castilho, que faz breve explanação do Alvará temporário que recebe da Prefeitura e que a Polícia Civil não quer mais fornecer, pois, diz não existir Alvará temporário na esfera da Polícia Civil, por isso solicita que seja permanente. A presidente explica que inicialmente este projeto passou pelo conselho e foi condicionado o Alvará à MANUTENÇÃO TOTAL DO MOLHE PONTAL SUL. Após discussão e questionamentos, ficando superados e atendidos, fica decidido que a partir desta data a Secretaria da Fazenda deverá emitir o Alvará e decidir se este será 3, 6, ou 12 meses, sendo que o ALVARÁ ficará condicionado a MANUTENÇÃO TOTAL DO MOLHE, conforme já deliberado por este conselho anteriormente e ratificado pelo atual, fica aprovado por unanimidade, não havendo mais necessidade de retornar esse assunto ao conselho. A presidente faz leitura do parecer nº PRGR 3067/2016 onde a Procuradoria solicita um novo parecer do Conselho da Cidade, para que analise individualmente cada imóvel com base na planta anexa, ou, se preferir, delegue à COMUNVAL para que efetue vistoria in loco, evitando, por conseguinte, prejuízo ao erário e garantindo segurança jurídica ao próprio requerente, resguardando o seu direito de no futuro não ser questionado judicialmente ou por outros órgãos de controle acerca da indenização recebida. Estes imóveis são os localizados no então Morro do Careca, e por se tratar de matéria complexa entende-se que há necessidade que se crie uma comissão para acompanhar os trabalhos junto com uma equipe técnica para dar suporte a este processo. Fica definida a comissão com os conselheiros: Paulo, Marcos, Betina, Sheila, Larissa, Rodrigo e Barizon, o presidente desta será escolhido após a 1ª reunião. Passando a palavra para Dr. Valdir de Andrade que faz breve explanação da relatoria que fez referente a estes imóveis acima citados, colocando-se à disposição da comissão para ajuda no que for necessário. A presidente Jade encerra a reunião. Nada mais sendo dito, eu, Jeovana Simone Hoeffelmann, lavrei a presente ata, para que seja assinada pelos presentes e surtam os efeitos legais.